

- OKE, T. R. Climat impacts of urbanization. In: Interations of energy and climate. *Proceeding*. Dordrecht/Holanda: D. Heider Publishing Company, p.339-361, 1980.
- OKE, T. R. The energetic basis of the urban heat island. *Quarterly Journal of the Royal Meteorological Society*, v.108, n. 455, p. 1-24, jan. 1982.
- OKE, T. R. The micrometeorology of the urban forest. London, p.330 – 349, 1989.
- PITTON, S. E. C. *As cidades como indicadores de alterações térmicas*. São Paulo, 1997. 272p. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SAMPAIO, A. H. L. *Correlações entre uso do solo e ilha de calor no ambiente urbano: o caso de Salvador*. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SANTOS, J. W. M. C. *O clima urbano de Maringá: ensaio metodológico para cidades de porte médio e pequeno*. São Paulo, 1996. 172p. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SARTORI, M. G. B. *O clima de Santa Maria, RS: do regional do urbano*. São Paulo, 1979. 166p. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SETTE, D. M. *O clima urbano de Rondonópolis-MT*. São Paulo, 1996. 137p. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- TARIFA, J. R. Análise comparativa da temperatura e umidade na área urbana e rural de São José dos Campos (SP). *Geografia*, v.2, n.4, p.59-80, outubro 1977.

NOVAS PENITENCIÁRIAS NO OESTE PAULISTA

Eda Maria Góes¹

Resumo: Esse artigo pretende expor reflexões iniciais acerca das novas penitenciárias inauguradas recentemente no Estado de São Paulo e, sobretudo, no oeste paulista. Implementada pelo Governo Mário Covas, tal política penitenciária é aqui analisada, preliminarmente, à luz do referencial produzido em pesquisa anterior, que tinha como objeto a política penitenciária do Governo Franco Montoro. As responsabilidades da universidade pública, neste caso representada pela F.C.T./UNESP, de Presidente Prudente, frente a esse novo elemento que, com ela passa a compartilhar o cenário do Oeste Paulista, é uma das perspectivas enfatizadas. A atuação dos alunos universitários/agentes de segurança penitenciária reforça a intensidade dessa responsabilidade, ao mesmo tempo que alerta para os perigos da omissão.

Palavras-chaves: instituição penitenciária; política carcerária; Governo Mário Covas; Oeste Paulista; universidade pública.

Introdução

O papel integrante desempenhado pela violência ao longo de toda a História do Brasil tem sido alvo de sociólogos, antropólogos, psicólogos, geógrafos e historiadores, que tem se dedicado aos seus mais diferentes aspectos. Dentre eles, destaca-se a importância estratégica das práticas das agências de controle social, quando se trata de estudá-las em períodos recentes. Nesse contexto, a polícia e a prisão têm sido alvos privilegiados, particularmente nas duas últimas décadas (1980 e 1990).

Essa periodização, longe de ser casual, vincula-se diretamente à história política do Brasil, uma vez que o longo processo de superação da Ditadura Militar, iniciado na passagem dos anos setenta para os oitenta, caracterizou-se não apenas pelo fim da censura, como também pela extensão do interesse de entidades civis, inicialmente dedicadas à defesa dos direitos humanos de presos políticos, muitos dos quais oriundos das classes médias urbanas, para os presos comuns, sobretudo pobres. Nesse contexto de

¹ Professora Assistente-Doutora do Departamento de Geografia da F.C.T./UNESP. Endereço para correspondência: Departamento de Geografia, F.C.T./UNESP. Caixa Postal: 957 C.E.P. 19.060-900. Presidente Prudente (SP). Fone: 018-2215388; Fax: 018-223-2227. E-Mail: edagoes@prudente.unesp.br.

ebulição política é que se constituíram novos objetos de interesse das ciências humanas: as polícias e as prisões brasileiras.

Dois momentos importantes no estímulo ao debate suscitado desde então ocorreram nos anos 80: num primeiro momento, o encontro realizado na Unicamp, em 1982, que contou com a presença de especialistas dos Estados Unidos, Inglaterra e Itália, além do Brasil, resultando posteriormente na publicação da obra coletiva, organizada pelo cientista político Paulo Sérgio Pinheiro, *Crime, Violência e Poder*, e, num segundo momento, já no final da década, na fundação do Núcleo de Estudos da Violência (NEV), na USP, por iniciativa do mesmo Paulo Sérgio Pinheiro e do sociólogo Sérgio Adorno de Abreu.

Particularmente interessado na questão penitenciária, Sérgio Adorno coordenou, junto com Rosa Maria Fischer, pesquisa sobre políticas penitenciárias paulistas no período 1950 - 1985. Dentre suas conclusões, destaca-se a acentuada centralização dos processos decisórios ocasionada pela Ditadura Militar:

“a guerra contra o inimigo interno deflagrada pelo governo militar significou uma intensificação das atividades policiais, que correspondeu a uma canalização de recursos para o reaparelhamento e modernização da Polícia militar, visando não apenas a repressão às organizações políticas de oposição, mas também ao combate à criminalidade. Data dessa época uma articulação, cada vez mais transparente e sempre crescente, entre o funcionamento do aparelho policial e do aparelho penitenciário.” (Fischer e Abreu, 1987:70)

Transparece na crescente articulação detectada, uma intensificação das características repressivas das instituições prisionais. Num contexto marcado pelo debate acerca da cidadania no Brasil, o governo Montoro (1983 - 1987) procurou contrapor a tal quadro a Política de Humanização Penitenciária, implementada pela Secretaria de Justiça, tendo à frente o advogado José Carlos Dias, ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo.

O caráter moderado das propostas implementadas nessa gestão indica que nunca se chegou a questionar as funções de violência e punição, próprias do sistema penitenciário, mas apenas procurou-se executá-las

através de métodos mais especializados e, portanto, menos violentos. O que se percebe é que essas alterações não fogem ao velho Modelo Panóptico proposto pelo inglês Jeremy Bentham (século XVIII), baseado na total transparência e visibilidade do cárcere e dos corpos, mas avesso à brutalidade física.

Tal moderação era decorrente da ausência de coesão política do governo estadual em torno da questão penitenciária e acabou por dificultar o envolvimento efetivo das entidades civis de defesa dos direitos humanos em favor dessa política carcerária. Contraditoriamente, no entanto, as medidas propostas pela Humanização foram suficientes para desencadear um série de reações de certos segmentos sociais, tais como agentes penitenciários, juizes e alguns órgãos da grande imprensa, principalmente dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*.

O resultado final dessa intensa disputa de poder em torno das instituições penitenciárias concretizou-se com a proximidade do período eleitoral, quando ganharam espaço no interior do partido do governo estadual, o PMDB, aqueles que adotavam posições mais duras no tratamento da questão da segurança como um todo. O chamado “pacote da segurança”, lançado pelo então vice-governador e candidato à sucessão estadual, Orestes Quércia, constituiu-se como marco da vitória desses setores mais reacionários do partido, ao provocar a demissão do Secretário Dias, em junho de 1986.

Além de revelar os estreitos limites das transformações políticas e sociais que estavam em curso naquela conjuntura política, conhecida como “transição democrática”, tal embate apontou também para as significativas barreiras defensivas que costumam impedir a introdução de qualquer alteração no cotidiano carcerário. A partir da saída do Secretário Dias, as prisões paulistas voltaram a ser tradicionalmente *gerenciadas*, ou seja, cotidianamente administradas através de um conjunto de práticas e procedimentos que transitam entre o formal e o informal, com grande autonomia e sem nenhuma transparência, seja para outros órgãos do Estado, seja para a sociedade civil.

O Governo Covas e as novas penitenciárias

“Há uma revolução em curso no sistema penitenciário paulista.”

28.07.1998)

(O Estado de S. Paulo,

Com essa frase bombástica o então secretário da Administração Penitenciária de São Paulo, João Benedito de Azevedo Marques, anunciou os planos, já em andamento, do governo Covas para a área penitenciária. Seguiu explicando que *“sua face mais visível é a construção simultânea de 21 novas penitenciárias e três presídios semi-abertos, no maior projeto de ampliação de vagas em 50 anos”*.

É interessante notar que, embora se apresse em esclarecer que tal revolução não se resume em “levantar paredes e grades”, o experiente secretário não se refere à atuação do atual governo estadual na área como *nova política penitenciária*. Trata-se de um esforço no sentido de diferenciar-se da última experiência paulista de intervenção nessa área, efetivada durante o governo de Franco Montoro (1983 - 1987), no qual João Benedito de Azevedo Marques também teve atuação expressiva, como coordenador da COESP (Coordenadoria Estadual de Assuntos Penitenciários)?

A Política de Humanização do Governo Montoro não previa, no entanto, a construção de novas unidades penitenciárias, resumindo-se, nesse âmbito, a reformas, conclusões de obras e a uma polêmica proposta de duplicação de vagas de penitenciárias caracterizadas por celas individuais. É provável que isso se devesse sobretudo à crise econômica engendrada durante o Regime Militar, cujas conseqüências foram fortemente sentidas durante os primeiros governos estaduais eleitos no início da década de 1980.

Outra explicação possível para tal esforço de desqualificação política de seus planos para a área carcerária, por parte da equipe do atual governo estadual, seria o reconhecimento do preocupante caráter negativo, nefasto mesmo, que a instância política, e tudo que a ela se refere, vem assumindo no Brasil neste final de século. Daí comentarem seus planos, já em andamento em 1998, e mesmo uma “nova filosofia de tratamento penal”, mas não uma nova política penitenciária, a despeito da anunciada “revolução”.

Assim, além de inscrever-se no limitadíssimo rol dos governantes que não ignoraram de modo irresponsável ou mesmo criminoso a questão carcerária, o governador Mário Covas sem dúvida tem atuação singular na área, traduzida no montante de investimentos de R\$ 424 milhões (segundo J. B. Azevedo Marques), com a construção simultânea de 24 instituições carcerárias.

Dentre essas novas penitenciárias, treze localizam-se no Oeste Paulista, nas cidades de Andradina, Valparaíso, Junqueirópolis, Pacaembu, Lucélia, Presidente Venceslau, Martinópolis, Getulina, Pirajuí, Álvaro de

Carvalho, Mirandópolis, Marília e Presidente Prudente². Apenas as três últimas têm regime semi-aberto, embora as penas alternativas à detenção norteiem a “nova filosofia de tratamento penal” anunciada por esse governo, sendo uma das bandeiras defendidas por João Benedito Azevedo Marques e pelo atual Ministro da Justiça, José Carlos Dias.

Aparentemente contraditórios, esses dados apontam para o compromisso mais imediato assumido pelo governo Covas de tirar os presos condenados dos Distritos Policiais, liberando assim os policiais para as atividades de investigação criminal, e de desativar a Casa de Detenção de São Paulo, “verdadeira aberração”, por isso mesmo, tradicional “barril de pólvora do sistema penitenciário paulista”. Mais uma vez, podemos notar um aprendizado com os erros cometidos durante o governo Montoro, quando denúncias acerca do abandono de parte significativa dos presos já condenados nos Distritos Policiais foram recorrentes.

Acrescentando-se ainda a esse enorme e fragmentário canteiro de obras as penitenciárias já existentes na região, vislumbra-se um novo e importante elemento no cenário do oeste paulista, cuja significação apenas começa a ser descortinada pela população local, embora pontos de contato entre o interior e o exterior desses presídios já tenham sido estabelecidos por diferentes segmentos sociais.

Inúmeros indícios têm sugerido que a rejeição costumeira da população das cidades escolhidas à construção de instituições penitenciárias, pautada no argumento da suposta insegurança a elas associada, foi sobrepujada pelos desdobramentos da atual crise econômica, materializados no desemprego e na ausência de perspectivas que assola a maioria das cidades da região.

Confirmando a tradicional e nefasta prática de misturar interesse público e interesse privado, há indícios de que alguns dos seus prefeitos montaram lojas de material de construção, voltadas ao fornecimento para os canteiros de obras penitenciárias e, conseqüentemente, ao aumento de patrimônios pessoais.

Mas foi sem dúvida a abertura de um novo mercado de trabalho o que mais chamou atenção. Estimativas mencionavam uma perspectiva de 6.624 vagas (OESP, 2.08.97) decorrentes da construção de 12 presídios apenas, e muitos prefeitos disputaram ferrenhamente o privilégio, recém “descoberto”, de sediar essas instituições, oferecendo inclusive cursos preparatórios que favorecessem os muitos candidatos locais ao preenchimento dessas vagas, mediante concurso público.

² As cidades de Presidente Bernardes, Presidente Venceslau, Assis e Presidente Prudente já possuíam instituições carcerárias.

Além de importante fator socioeconômico, identificado por amplos segmentos da população local, a contratação massiva de novos funcionários representa ainda a possibilidade de que uma revolução também esteja em curso no interior dessas penitenciárias, embora dificilmente perceptível ao cidadão comum, pouco habituado ao convívio com a questão carcerária.

Ao contrário do que o senso comum costuma sugerir, a questão carcerária não interessa apenas aos presos, seus familiares e, no máximo, aos funcionários penitenciários e seus familiares. Basta atentarmos para o fato de que depois do cumprimento das penas que podem variar de uns poucos a muitos anos de detenção, os presos abandonam essa condição e voltam ao convívio social, ou seja, carregando o pesado estigma de ex-presidiários pelas ruas e praças de qualquer dessas cidades, deixando o convívio restrito aos seus pares e aos funcionários penitenciários para o convívio, ao menos potencial, com cada um de nós.

Evidencia-se assim a relevância desse tema, em geral relegado ao interior dos altos muros das instituições penitenciárias, à atuação de algumas autoridades responsáveis e aos trabalhos de raros pesquisadores. A experiência de cada um desses homens no interior dos muros das prisões se refletirá diretamente no seu comportamento posterior aqui fora e essa realidade inelutável torna-se ainda mais preocupante quando nos deparamos com os altos índices de reincidência do sistema penitenciário paulista (segundo a Secretaria de Administração Penitenciária, dos 49.905 presos condenados em SP, 47% são reincidentes) e com as fragmentárias notícias sobre a violência reinante em muitas dessas instituições, seja entre presos, seja como forma de punição e controle empregado por funcionários.

Como estarão reagindo, sob este aspecto, os milhares de funcionários recém-contratados? Terão transformado a questão carcerária, por eles diariamente enfrentada, em assunto corriqueiro? Teriam então seus amigos e parentes a inusitada possibilidade de acompanhar o cotidiano dessas instituições caracterizadas pelo isolamento e pelo mistério normalmente dele decorrente?

O caráter fechado dessas instituições penais tem significado historicamente não apenas o isolamento dos condenados mas também o acobertamento de práticas diversas, porém igualmente repudiadas socialmente, não apenas dos presos, mas também dos seus guardiães. Trata-se de instituição de controle social, cujas práticas são caracterizadas pela total falta de transparência. A possibilidade de um novo olhar, ainda que mediado pelos novos funcionários, estaria estimulando o abandono de velhas práticas?

Mas aí retornamos ao papel dos funcionários recém contratados, ao mesmo tempo novos sujeitos no cenário penitenciário, porém partilhando com os outros habitantes dessas cidades, seus conterrâneos, de espantos diversos frente à realidade carcerária, para eles também, recém descoberta.

Nesse sentido, é especialmente importante o livro do médico Dráuzio Varella - *Estação Carandiru* - lançado em 1999, que descreve com rara sensibilidade e realismo a vida no interior da Casa de Detenção de São Paulo. Como já dissemos, trata-se de uma "aberração", pela amplitude dos problemas e distorções que abriga, proporcionais ao seu próprio gigantismo, por si só considerado aberrante em relação a todos os padrões penitenciários. Mas apenas aí reside seu caráter excepcional, nas suas proporções e nas conseqüências delas decorrentes, incluindo a potencialização de problemas comuns às outras instituições carcerárias, ao menos até agora. É significativo que outro objetivo do atual governo, ainda que infelizmente menos viável num curto prazo, seja a desativação da Casa de Detenção.

Outro aspecto do potencial inovador dessas novas instituições torna-se evidente - a atuação desses novos funcionários - que deveriam pautar-se no livro de Varella como um manual às avessas, ou seja, sobre tudo o que não se deve colocar em prática no cotidiano carcerário. Isso significaria alterar muitas práticas tradicionalmente reproduzidas no sistema penitenciário, à revelia de qualquer legislação, mas em geral respaldadas no argumento da segurança, traduzida no controle da "massa carcerária", e na decorrente tranqüilidade da sociedade que a cerca. Assemelha-se assim, essa representação dos guardas penitenciários, com a auto representação dos policiais (civis e militares), na medida em que também procuram justificar sua violência e outras práticas ilegais, insistindo no seu caráter heróico, em constante exposição ao perigo.

Tal potencial inovador torna-se mais evidente se consideramos que era uma prática comum até a inauguração de instituições penitenciárias anteriores ao governo Covas, o remanejamento de funcionários de outras instituições para a nova, em nome da valorização da sua experiência e do entendimento de que, frente à questão carcerária, só o conhecimento produzido a partir do contato cotidiano com a "massa carcerária" é válido, ou seja, que a garantia de proteção da sociedade contra os "seus" presos é monopólio dos antigos funcionários. Trata-se de perspectiva imediatista, que tornou o sistema penitenciário quase imune às inovações, além de reveladora das limitações do conceito de cidadania que predomina na sociedade em que vivemos, sobretudo quando se trata dos "excluídos".

Além de valorizar o potencial ora detectado, tal constatação também sugere, perversamente, que inúmeras dificuldades certamente tem caracterizado a atuação dos novos agente penitenciários, entre as quais

destaca-se a presença central de um elemento nada novo no cenário carcerário - os presos. Frente aos recorrentes índices de alta reincidência, não se pode menosprezar a presença segura dos presos "velhos de cadeia", vulgarmente chamados "cobras criadas". Por sua longa experiência decorrente, em geral, de inúmeras entradas e saídas do sistema penitenciário, certamente valorizam as melhores condições físicas oferecidas pelas novas penitenciárias. Mas como reagiram aos novos e inexperientes agentes? Acrescente-se a esse quadro a juventude partilhada pela maioria desses agentes, sua origem interiorana, contraposta à experiência, média de idade ligeiramente mais alta e origem metropolitana dos presos e começaremos a vislumbrar a complexidade dessas relações. Pesquisas realizadas nas penitenciárias antigas constatavam a função de liderança desempenhada pelos presos mais experientes, ao lado daqueles que tivessem praticado crimes graves, mais valorizados pela ética invertida dos presos.

"Esqueceram de oferecer cursos preparatórios para os presos...", comentou um dos novos agentes, entre os inúmeros que procuram conciliar a condição de estudantes universitários com a de agentes penitenciários (ASP's) ou de professores de presos. Apenas na Unesp, cerca de 20 alunos estão nessa condição, o que nos remete à velhas questões acerca do papel da universidade, sobretudo da universidade pública. Estimular a reflexão e a intervenção, produzir novos conhecimentos a partir das atividades de pesquisa, além de formar profissionais qualificados... mesmo essas funções mais básicas não ficam impunes à omissão frente à questão carcerária, em relação à qual a Unesp já vem agindo através de seus alunos.

Através de conversas esparsas com alguns desses funcionários/alunos, já podemos perceber indícios de impasses entre a perspectiva de novas práticas na relação com os presos, estimulada por muitos dos novos diretores e pelos cursos preparatórios (chamados "escolinhas"), e a tentação pelo comodismo e, sobretudo, pela segurança, geralmente associada à reprodução das velhas e violentas práticas. Nesse sentido, é revelador o papel de atração desempenhado pelas instituições nas quais tais práticas "tradicionais" já prevalecem.

As longas jornadas de trabalho parecem ser um dos fatores a boicotar esforços inovadores: imaginemos um jovem recém contratado que assume num certo dia, excepcionalmente, pela falta de outros funcionários (garantida por lei), a função de abrir e fechar portas de ferro para permitir o acesso de presos de uma "gaiola a outra". Nas primeiras horas ele cumprimenta com um civilizado "bom dia" a cada um deles. Nas últimas, das dozes horas em que realizará essa função de forma quase ininterrupta, já recorrerá ao tratamento mais freqüente entre os seus pares mais experientes -

"anda vagabundo". Direciona assim a cada preso a revolta frente à exploração do seu trabalho honesto, ainda mais insuportável quando confrontada com a ociosidade, ainda que não opcional, dos condenados.

Detalhes aparentemente desimportantes para quem não vivência cotidianamente a realidade carcerária, como a alimentação partilhada por funcionários e presos, ainda que em espaços diferenciados dentro da prisão, também podem sugerir o desrespeito a distinções muito valorizadas pelos primeiros. Mesmo que os presos sejam responsáveis pela preparação da comida, bem como por todos os serviços de manutenção das penitenciárias.

Assim a presença dos presos revela-se, por si mesma, carregada de contradições que vão assumindo diferentes dimensões no cotidiano carcerário. Se eles não cometessem crimes não estariam nas prisões e não demandariam o trabalho de guardas e outros funcionários administrativos. Mas, se as penitenciárias não existissem, onde poderiam estar trabalhando todos esses funcionários?

Dessa lógica perversa, também não escapam os presos. Na sua perspectiva, as melhores condições materiais são evidentes nas novas penitenciárias, neutralizando um dos fatores determinantes de freqüentes confrontos entre presos. Mas como ficará sua relação com a família, uma vez que a grande maioria deles é proveniente da capital e de grandes cidades? Sabe-se que o dia de visita é enormemente valorizado pelos presos, representando a manutenção de importante e exclusivo elo de ligação com a sociedade. Permitirá a situação de pobreza, característica partilhada pelos presos, que seus familiares se desloquem em direção ao interior? Nesse caso, como serão recebidos nessas pequenas cidades?

Por iniciativa de pequenos empresários, linhas especiais de ônibus intermunicipais foram instaladas em cidades que receberam novas penitenciárias, em geral mais baratas que as linhas regulares e sempre incluindo, em seu trajeto, essas instituições.

Também há relatos de companheiras de presos que passaram a visitá-los com freqüência, em função de terem se fixado nas proximidades da penitenciária. Dentre essas, já começaram a ocorrer apreensões de drogas durante a rigorosa revista que precede as visitas. São casos que acabam na polícia e reforçam estereótipos acerca dos familiares dos presos e do potencial perigo propagado a partir dessas penitenciárias, sobretudo para as pacatas cidades interioranas.

O final do ano costuma ser um período caracterizado pelo aumento da tensão intra-muros, gerada, possivelmente, pela consciência reforçada de seu isolamento, propiciada pelo discurso ideológico que cerca as festas natalinas e as comemorações do ano novo. No final de 1999, esse ambiente revelou-se particularmente explosivo em três novas penitenciárias,

I e 2 de Presidente Venceslau e de Presidente Bernardes (Oeste Notícias, 31.12.99).

Nas duas primeiras, ocorreram dois assassinatos respectivamente, no mês de dezembro. Na terceira, inaugurada em 1990, ocorreu uma violenta rebelião, liderada por presos considerados perigosos, tanto por sua ascendência sobre a “massa carcerária”, quanto pelos laços que mantiveram com quadrilhas violentas. O assassinato dos dois líderes, ocorrido durante invasão da Polícia Militar, parece ter sido parte de uma estratégia repressiva previamente definida e não o resultado inesperado de um confronto.

O estopim dessa rebelião foi identificado pela imprensa na inusitada tentativa de invasão da penitenciária por um grupo armado, que pretendia resgatar um preso que ali cumpria pena. A operação não deu certo, tendo sido enfrentada pelos guardas que fazem a segurança das muralhas do presídio. Mas a ousadia da ação desperta apreensão, sobretudo porque invasões não são raras nos Distritos Policiais paulistanos, como costuma relatar a imprensa. Esses DPs, despreparados para alojar presos que já cumprem penas e superlotados, são conhecidos por sua precariedade e conseqüente insegurança. Estarão as penitenciárias interioranas adquirindo uma imagem de insegurança, talvez em função do cenário tranqüilo no qual foram inseridas? Nesse caso, o fracasso da referida tentativa de invasão pode ter desempenhado papel exemplarmente dissuasivo.

Procuramos apontar alguns poucos indícios já detectados e formular algumas das muitas questões não respondidas, que já sugerem a complexidade da nova realidade com que nos deparamos em função da presença das novas penitenciárias no Oeste Paulista, para falar apenas da realidade imediata que nos cerca.

Referências Bibliográficas

- BENTHAM, Jeremy Panóptico - memorial sobre um novo princípio para construir Casas de Inspeção e, principalmente, Prisões. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, n. 14, março, agosto, 1987, p. 199/229.
- FISCHER, Rosa Maria e ADORNO, Sérgio “Análise do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo: O gerenciamento da marginalidade social”. CEDEC, fev./87. (mimeo)
- GÓES, Eda Maria **A Recusa das Grades. Rebeliões nos presídios paulistas**: 1982/6. Assis, UNESP/FCL, 1991. (Dissertação de Mestrado)
- VARELLA, Dráuzio **Estação Carandiru**. São Paulo: Cia das Letras. 1999.

GEOGRAFIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: PROPOSTAS EM DESENVOLVIMENTO NO LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA HUMANA – DG/FCT/UNESP

Sérgio Braz MAGALDI¹
Raul Borges GUIMARÃES¹
Eliseu Savério SPOSITO¹
Encarnita Salas MARTIN²
Everaldo Santos MELAZZO²

Resumo: Nos últimos anos, o LAGHU abrigou e deu suporte a projetos de pesquisa cuja relevância e impacto social são evidentes. Destacamos as pesquisas realizadas com o suporte do Laboratório de Geografia Humana desde 1996: “**Mapa dos Assentamentos Rurais no Brasil**”, Bernardo M. Fernandes (org.); “**Censo Educacional dos Assentamentos Rurais do Pontal do Paranapanema/SP**”, Bernardo M. Fernandes (coord.); e, “**Impacto Econômico das Unidades Universitárias da UNESP nos seus municípios-sede**”, projeto de âmbito estadual, cuja etapa relacionada à Presidente Prudente realizou-se sob a coordenação do Prof. Dr. Antônio N. Hespanhol. A acumulação de experiências sob o enfoque da análise e do enfrentamento de situações de nítido contorno socioespacial, como as citadas acima, vêm capacitando os quadros de usuários, colaboradores e estagiários que participam das atividades permanentes e temporárias do LAGHU. Desenvolvem-se assim, experiências de atuação em áreas que são carentes em termos de formação de recursos humanos qualificados e ao mesmo tempo, demandantes em termos de novas oportunidades, potencialidades de investigação científica e exercício profissional. Nesse sentido, pode-se afirmar que o LAGHU vem conseguindo internalizar um conjunto de saberes e práticas que, aos poucos, configuram e consolidam um perfil técnico-científico especializado e um modo de atuação diferenciado, marcado por

¹ Professores dos Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP de Presidente Prudente – SP. Endereço para correspondência: Rua Roberto Simonsen, 305. Cep: 19060-900. Tels: 018 2295375; 018 2295388 ramal 5456. E-mail: degeografia@prudente.unesp.br

² Professores dos Departamento de Planejamento da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP de Presidente Prudente – SP. Endereço para correspondência: Rua Roberto Simonsen, 305. Cep: 19060-900. Tels: 018 2295395.